

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: formal de Brasília Class.: 142

Data: 09-02-88 Pg.: _____



Ivaldo Cavalcante

Líderes indígenas transferiram o campo de batalha para Brasília e só voltam vitoriosos

Índios trocam bordunas por avião

Tão logo foram informados pelo presidente da Funai, Nelson Marabuto, e pelo sertanista Cláudio Romero, da disposição do governo demarcar 130 mil hectares de reserva para os índios Apinajé, no norte de Goiás, oito caciques, representando nações indígenas em pé de guerra com fazendeiros pela posse das terras, trocaram suas bordunas e espingardas pelo avião "Bandeirante" da Funai, transferindo o campo de batalha para Brasília. Eles só pretendem voltar com um decreto que permita a demarcação pacífica dessa área.

Marabuto, chegou ontem a Brasília, de Tocantinópolis às 20,40 horas, acompanhado do cacique Francisco Apinajé Sotero Apinajé e o cacique Txucarramãe Raoni, do Parque do Xingu, com um verdadeiro sorriso da vitória. É que "enfim" a questão dos índios Apinajé está praticamente solucionada, faltando apenas a assinatura do decreto demar-

catório de suas terras que sairá no início da próxima semana, concedendo aos índios 130 mil hectares de terra.

Marabuto após obter do ministro do Interior, Mário Andreazza, a certeza de que a área seria demarcada, viajou na última quinta-feira para a região em conflito com posseiros e fazendeiros e conseguiu que os índios sustassem a interdição da rodovia Transamazônica e a abertura da picada definindo suas terras. Os Apinajé haviam decidido tomar aquela atitude em represália à falta de decisão do Governo Federal, cujo prazo que eles deram para tal se extinguiu na terça-feira passada.

Os fazendeiros, por sua vez, permaneceram na cidade, armados e dispostos a impedir a demarcação. O presidente da Câmara de vereadores de Tocantinópolis, Evandro Guimarães, não abre mão de 85 mil hectares para a reserva, afirmando que

conceder mais tornará o município inviável economicamente, já que importantes propriedades agrícolas terão de ser entregues aos índios. Ele prevê uma "matança lenta e segura" dos indígenas da aldeia São José, mas promete recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) de uma decisão de 130 mil hectares. Segundo o vereador, a luta dos fazendeiros tem respaldo jurídico, pois a Funai, em 1978, habilitou-se a demarcar 85 mil hectares de terras, quando foi elaborado o memorial descritivo sobre os 560 mil hectares que formam o município.

A resistência dos fazendeiros se deve à demarcação de parte das propriedades localizadas na margem oeste da rodovia Transamazônica. Ali seus interesses envolvem desde a agricultura, pecuária e máquinas. Para os índios, porém, grande parte da região é considerada "território sagrado".